

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Sessão virtual do dia 30/08 a 06/09/2022 PROCESSO CRIMINAL | MEDIDAS GARANTIDORAS | HABEAS CORPUS PROCESSO

Nº.:0806370-40.2022.8.10.0000 Paciente: Andreyra Cintya Ribeiro Costa

Advogado: Douglas William Santos Ferreira Impetrado: Juízo de Direito da

Vara Especial Colegiada do Crime Organizado Relator: Des. José Joaquim

Figueiredo dos Anjos Procuradora: Drª. Flávia Tereza de Viveiros Vieira

ACÓRDÃO Nº. _____ EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. ORGANIZAÇÃO

CRIMINOSA. FINANCIAMENTO. HABEAS CORPUS. 1.0 trancamento do Inquérito

Policial na estreita via do WRIT configura medida de exceção, somente admissível quando emergir cristalina e inequívoca a inocência do paciente,

a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade, o que não ocorre

no caso concreto. 2.Tratando a espécie de procedimento embrionário e

paciente solta, os prazos processuais pertinentes não atendem a mera

operação matemática, cumprindo considerar as peculiaridades de cada caso

concreto, mormente a pluralidade de investigados e a maior complexidade

das apurações. 3. Justificado o prosseguimento das investigações, não há

auferir, aos prazos pertinentes, características de fatalidade e

improrrogabilidade, havendo a espécie que ser conduzida, apenas, com juízo

de razoabilidade. 4. Não há conhecer de HABEAS CORPUS na parte em que

reclamada dilação probatória de todo incompatível com a excepcional via.

5. HABEAS CORPUS parcialmente conhecido; Ordem nessa parte denegada.

ACÓRDÃO DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e de

acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, conhecer

parcialmente do presente HABEAS CORPUS e, na parte conhecida, denegar a

Ordem impetrada, recomendando a origem, porém, que diligencie no sentido

do cumprimento dos prazos pertinentes, pena de termos, enfim, configurados

os vícios alegados, nos termos do voto do Desembargador Relator. Votaram

neste julgamento os Senhores Desembargadores José Joaquim Figueiredo dos

Anjos, Antônio Fernando Bayma Araújo, Samuel Batista de Souza. Presidência

do Excelentíssimo Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Drª. Selene Coelho de

Lacerda. São Luis, 30 de agosto de 2022 Des. José JOAQUIM FIGUEIREDO dos

Anjos Relator (HCCrim 0806370-40.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a)

JOSE JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS, PRESIDÊNCIA, DJe 13/09/2022)